Especial CNT 2022

5ª edição

#O TRANSPORTE MOVE O BRASIL

CNT Confederação Nacional do Transporte

Governo federal publica pauta de prioridades, no Congresso Nacional, para o ano

O governo federal publicou a sua agenda legislativa prioritária para o ano de 2022. A portaria n.º 667/2022 elenca as 45 proposições que o Poder Executivo pretende aprovar no Congresso Nacional, até o final do ano.

Dividida em nove eixos (econômico, Custo Brasil, social, ambiental, segurança/defesa, agricultura, mineração, educação, infraestrutura e saúde), a pauta do Poder Executivo elenca alguns dos temas que também são prioritários para o transporte brasileiro e que podem gerar impactos positivos ou negativos para o setor.

Sessão solene de abertura do ano legislativo

A retomada dos trabalhos legislativos ocorreu no dia 2 de fevereiro, no Congresso Nacional, e contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro na solenidade de abertura. Em sua fala, o chefe do Poder Executivo defendeu a aprovação de temas, como a portabilidade da conta de luz, o Novo Marco Legal das Garantias e a reforma tributária.

Conheça os temas priorizados pelo governo de Jair Bolsonaro e que são acompanhados pela CNT:

PL 3887/2020 – CBS: Unificação do PIS/COFINS (Agenda Institucional do Transporte)

Proposta da CNT: Aprovação de substitutivo que assegure as peculiaridades tributárias do setor transportador.

Status: Aguardando constituição de Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

Relator de Plenário: Deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP)

PEC 110/2019 – Reforma tributária (Agenda Institucional do Transporte)

Proposta da CNT: Aprovação de um substitutivo que garanta o não aumento da carga tributária global e setorial; o creditamento integral para os insumos de transporte e da folha de pagamento; a exoneração integral na exportação do serviço de transporte; o tratamento diferenciado setorial para o transporte e para a infraestrutura; a manutenção do serviço social e de aprendizagem; a transparência dos dados; e o ajuste no prazo de transição. Por fim, o texto a ser aprovado deve estabelecer que não haverá a criação de tributos seletivos com oneração do setor de transporte.

Status: Aguardando apresentação de parecer na Comissão de Constituição e Justiça, no Senado Federal.

Relator: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

PL 2337/2021 – Imposto de Renda

Proposta da CNT: Arquivamento da matéria que eleva a tributação das empresas de transporte e logística.

Status: Aguardando recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Relator: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

PL 591/2021 – Privatização dos Correios

Proposta da CNT: Pela aprovação de um texto que possa atrair o interesse de empresas do *e-commerce* e que estão na vanguarda tecnológica desse tipo de serviço.

Status: Pronto para a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Relator: Senador Márcio Bittar (PSL/AC)

PLP 11/2020 – ICMS do Combustível (Agenda Institucional do Transporte)

Proposta da CNT: Aprovação de texto que contenha a previsão de exceção ao princípio da anterioridade, mantendo-se o princípio da reserva nonagesimal, além da adição de dispositivo que contemple o aproveitamento do crédito pela empresa contribuinte do ICMS, ainda que a entrada no estabelecimento se dê por uma antecedente operação não tributada.

Status: Incluída na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados.

Relator: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

PL 3729/2004 (PL 2159/2021) – Licenciamento ambiental (Agenda Institucional do Transporte)

Proposta da CNT: Aprovação do texto da Câmara dos Deputados que inclui importantes avanços para as obras lineares.

Status: A matéria aguarda apresentação de parecer na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Relatora: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

MPV 1089/2021 – Voo Simples

Proposta da CNT: Pela aprovação de um substitutivo que contemple as demandas do setor aéreo, com o acatamento da emenda 40 que determina que as contribuições das empresas aéreas sejam destinadas ao SEST SENAT.

Status: Aguardando apresentação de parecer no Plenário da Câmara dos Deputados.

Relator: Deputado General Peternelli (PSL/SP)

PL 2646/2020 – Debêntures de infraestrutura (Agenda Institucional do Transporte)

Proposta da CNT: Pela aprovação da matéria que possibilitará maiores investimentos em infraestrutura no Brasil.

Status: Aguardando apresentação de parecer no Plenário do Senado Federal.

Relator: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Para conhecer os demais projetos prioritários do governo federal, clique aqui.

Ano eleitoral deve determinar o ritmo de votações

Em 2 de outubro de 2022, será realizado o primeiro turno das eleições presidenciais. Na data, também, serão eleitos os deputados federais, senadores, deputados estaduais e governadores para os próximos quatro anos de mandato (oito anos no caso dos senadores). Os cargos de governadores e presidente também poderão passar por um segundo turno, a depender da votação em cada região.

O ano eleitoral gera impacto direto nos trabalhos do Poder Executivo e do Poder Legislativo. A lei complementar n.º 64/1990 estabelece as regras de desincompatibilização dos ocupantes de cargos no serviço público que desejam se candidatar a um cargo eletivo.

Nesse sentido, a legislação determina o afastamento dos ocupantes de cargos no serviço público que desejam se candidatar em um prazo de três a seis meses anteriores à data estabelecida para o dia das eleições. No caso de ministros, por exemplo, o prazo é de, no mínimo, seis meses. Portanto, caso as especulações da candidatura de ministros do atual governo se concretizem, a Esplanada deverá contar com uma nova composição a partir do mês de abril.

A janela de migração partidária também é um importante balizador dos trabalhos do Congresso e deve interferir nos trabalhos da Câmara e do Senado Federal. A janela está prevista para ocorrer entre os dias 3 de março e 1º de abril de 2022. A janela permite, dentro de regras específicas, que detentores de cargo de deputado federal, estadual e distrital mudem de partido para concorrerem à eleição majoritária ou proporcional.

Os trabalhos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal devem se concentrar entre os meses de março e julho. A partir de agosto, os parlamentares passam a trabalhar baseados em semanas de esforço concentrado com pautas de consenso, priorizando, assim, as campanhas eleitorais em seus estados de origem.

Atenção!

A edição da Agenda Institucional do Transporte e Logística 2022 será lançada pela CNT no mês de março. O documento trará as principais demandas do setor transportador para o ano junto aos três Poderes da República.
Acompanhe em: **www.cnt.org.br**